



**PATRIMÔNIO SEPARADO DA
SÉRIE 54ª - 1ª EMISSÃO - IF Nº 15E0135588**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores e Investidores do
Patrimônio Separado da Série 54ª da 1ª emissão - Código – IF N° 15E0135588**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado da Série 54ª da 1ª emissão - Código – IF N° **15E0135588** (“Patrimônio Separado”) emitido pela Habitasec Securitizadora S.A. que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei 14.430/2022, e também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/2021 para elaboração dessas demonstrações financeiras de propósito especial, conforme nota explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve que a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas exclusivamente para atendimento da Lei 14.430/2022 e Resolução CVM nº 60/2021, que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outra finalidade.

Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1- Lastro dos direitos creditórios (Nota explicativa nº 3 e 4)

O Patrimônio Separado em 31 de dezembro de 2025 possui saldos relevantes de direitos creditórios, detidos pelo Patrimônio Separado e, pelo fato de não existir uma câmara de liquidação ou um mercado organizado de direitos creditórios no país, por meio do qual seja possível efetuar o controle da custódia de acordo com as negociações efetuadas, consideramos a verificação da existência dos lastros dos direitos creditórios como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- (i) Conciliação contábil da carteira;
- (ii) Recálculo do valor presente dos recebíveis com base nas taxas de juros e outras condições acordadas contratualmente;
- (iii) Validação da existência, em uma base amostral, dos documentos que comprovam os lastros desses direitos creditórios;
- (iv) Análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Patrimônio Separado;
- (v) Confirmação de advogados.

Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos dos direitos creditórios no tocante à sua existência, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Responsabilidades da administração da Securitizadora pelas demonstrações financeiras

A administração da Securitizadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados, regidos pela Lei 14.430/2022 e que também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Patrimônio Separado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

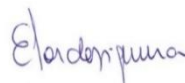
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026.

MOORE MSL LIMA LUCCHESI
Audidores e Contadores Ltda
CRC2SP019874/O-3



Sócio – Sergio Lucchesi Filho
Contador - CRC1SP101.025/O-0



Sócio – Eloi de Siqueira
Contador - CRC1SP207.586/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO
Série 54ª – IF 15E0135588
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		15.361	24.293
Caixa e equivalentes de caixa		121	13
Direitos creditórios		15.240	24.280
Operações sem aquisição substancial de risco	4	15.240	24.280
NÃO CIRCULANTE		45.804	98.058
Direitos creditórios		45.804	98.058
Operações sem aquisição substancial de risco	4	45.804	98.058
TOTAL DO ATIVO		61.165	122.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO
Série 54ª – IF 15E0135588
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		14.771	23.264
Captação de recursos		14.770	23.249
Obrigações por emissão de CRI	5	14.770	23.249
Impostos e contribuições a recolher		1	1
Outras obrigações		-	14
NÃO CIRCULANTE		46.394	99.087
Captação de recursos		46.274	99.089
Obrigações por emissão de CRI	5	46.274	99.089
Participação residual do cedente	7	120	(2)
TOTAL DO PASSIVO		61.165	122.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO
Série 54ª – IF 15E0135588
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

		<u>Exercícios findos em</u>	
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
RECEITAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS			
Juros e atualização de recebíveis		12.725	13.669
DESPESAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS			
Juros e atualização de CRI		(12.571)	(13.669)
RESULTADO BRUTO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		154	-
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Custos da operação	8	(88)	(91)
Despesas tributárias		(79)	(4)
Outras despesas administrativas		(11)	(6)
Resultado financeiro	9	277	(11)
Resultado de operações sujeitas ao regime fiduciário	10	(253)	112
		(154)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO
Série 54ª – IF 15E0135588
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Exercícios findos em</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de carteira/aporte	73.903	32.462
Pagamento de amortização e juros de CRI	(73.697)	(32.373)
Devolução de excedente	(15)	-
Pagamento de prêmio	(168)	-
Pagamento de impostos	(3)	(3)
Pagamento a fornecedores	(98)	(70)
Pagamento de despesas diversas	(11)	(9)
Receitas financeiras	353	16
Despesas financeiras	(156)	(30)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	108	(7)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	108	(7)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	121	13
Aumento/Diminuição líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	108	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A HABITASEC SECURITIZADORA S.A (“Emissora”) foi constituída em 19 de dezembro de 2007, sendo seus atos de constituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 28 de dezembro de 2007.

No desempenho do seu objeto social e na condição de Emissora dos Certificados de Recebíveis e em cumprimento ao disposto no art. 28 da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022 e da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021, a Habitasec constituiu o Patrimônio Separado (“Patrimônio Separado”) às quais se referem as demonstrações financeiras ora disponibilizadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em complemento, registramos a seguir outras informações relacionadas ao Patrimônio Separado citado:

a) Datas de início e término da emissão

Início em 28/05/2015

Término em 15/05/2029

b) Sumário das operações efetuadas

Emissão lastreada em direitos creditórios imobiliários do segmento residencial.

c) Crítérios previstos para a revolvência dos direitos creditórios

A operação não tem previsão de aquisição de novos direitos creditórios durante o curso.

d) Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos

A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos.

e) Garantias envolvidas na estrutura da securitização, tais como sobre colateralização, subordinação ou coobrigação e a forma como essas garantias foram utilizadas durante o exercício

A Alienação Fiduciária de Cotas, as Alienações Fiduciárias de Imóveis, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a Cessão Fiduciária de Recebíveis, a Cessão Fiduciária.

2. Base de preparação

As informações anuais individuais do Patrimônio Separado foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados (nota 3), de acordo com os requerimentos do art. 50 da Resolução CVM 60, de 23 de dezembro de 2021, com o Ofício CVM/SIN/SNC

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

02/2019 e com a Instrução CVM 489 no que se refere aos instrumentos financeiros referentes aos Certificados de Recebíveis.

A emissão das informações anuais individuais foi autorizada pela Diretoria da Emissora em 01 de março de 2026.

Moeda funcional e moeda de apresentação: estas informações anuais individuais são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Emissora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das informações anuais individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de maneira contínua.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis aplicáveis aos patrimônios separados

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão abaixo, aplicadas de modo consistente no exercício apresentado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

b) Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para os quais eles foram adquiridos e do modelo de negócios da Companhia, os quais são classificados nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e
- (ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Emissora baixa um ativo financeiro relacionado ao Patrimônio Separado, se for o caso, quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Representados por aplicações financeiras e mensurados pelo valor justo por meio do resultado, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São representados por direitos creditórios, com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os direitos creditórios são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c) Passivos financeiros não derivativos

São representados substancialmente por obrigações por emissão de CRI reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Emissora identifica que o Patrimônio Separado se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

d) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

e) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em relação ao Patrimônio em Separado, na data de 31 de dezembro de 2025 não havia processos de qualquer natureza movidos contra a Emissora, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada pela Administração e por seus consultores jurídicos como provável ou possível.

f) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

O Patrimônio Separado reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos e ao Patrimônio Separado de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Patrimônio Separado espera receber).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros do Patrimônio Separado é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

g) Resultado

Receita de Títulos e Valores Mobiliários

É formada pelo montante de juros, deságios/ágios, atualização monetária e outras eventuais receitas acessórias (encargos moratórios, multas, entre outras) auferidas nas carteiras de recebíveis imobiliários.

Essas receitas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que é provável que os benefícios econômicos financeiros poderão ser efetivamente auferidos, (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Despesa de Títulos e Valores Mobiliários

É formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas nos Certificados de Recebíveis Imobiliários emitidos, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão desses certificados.

Essas despesas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (ii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que ganhos adicionais serão oferecidos aos investidores e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o ganho é reconhecido como uma elevação da despesa operacional conforme as demais despesas vinculadas às emissões sejam reconhecidas.

Resultado das operações sujeito ao regime fiduciário

É formado como consequência do processo de segregação das demonstrações financeiras dos patrimônios separados das demonstrações financeiras da securitizadora, dentre os quais se destacam a observância da legislação aplicável aos CRI e a legislação tributária, representando a destinação do resultado apurado no período, para composição dos valores a serem suportados pelo investidor caso essas insuficiências venham efetivamente a impactar as expectativas de retorno da emissão ou por valores a serem destinados no encerramento da operação conforme estabelece as determinações legais.

h) Imposto de renda e contribuição social

Em decorrência do disposto na legislação tributária vigente, a tributação dos eventuais resultados do Patrimônio Separado é realizada em base consolidada com os resultados registrados pela

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

Emissora. Nesse sentido, não são evidenciados gastos relacionados à tributação a título de Imposto de Renda e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

i) Informação por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 – Informações por Segmento - que é equivalente ao IFRS 8 – Segmentos Operacionais. O CPC 22 é mandatário para as demonstrações financeiras cujos exercícios se encerram a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que o Patrimônio Separado opera com um único segmento, o de securitização de recebíveis imobiliários e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

j) Crédito tributário

O imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras do Patrimônio Separado é classificado como antecipação e compensado pela Emissora na apuração do seu imposto devido.

4. Informações sobre os direitos creditórios - recebíveis imobiliários

Representam valores de operações de aquisição de recebíveis imobiliários, efetuadas de acordo com a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário. Essas operações têm condições de realização contratualmente estabelecidas e, dessa forma, caracterizam-se como empréstimos e recebíveis. Esse fato implica apresentação dos seus saldos a valor presente apurado pela taxa contratada.

Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRI emitido nesse regime. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Emissora, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores, exceto os com regime fiduciário com coobrigação.

a) Descrição dos direitos creditórios imobiliários:

Emissão lastreada em Cédulas de Crédito Imobiliário, representativas de direitos creditórios imobiliários decorrentes dos Contratos de Compra e Venda (Recebíveis), vinculados ao regime fiduciário para a emissão de Certificados de Recebíveis imobiliários – CRI, sendo a 54ª série da 1ª emissão da Companhia, sob registro IF 15E0135588, emitidas por BRL II Fundo de Investimento Imobiliário – FII.

b) Valores vencidos e a vencer, por faixa de vencimento, que considera o valor nominal dos direitos creditórios ajustado a valor presente, utilizando a taxa de retorno da cessão de crédito:

Direitos creditórios a vencer

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

Faixas	31/12/2025	31/12/2024
Até 30 dias	1.296	2.172
De 31 a 60 dias	2.790	4.715
De 61 a 90 dias	932	1.440
De 91 a 120 dias	852	1.373
De 121 a 150 dias	960	1.528
De 151 a 180 dias	880	1.355
Acima de 180 dias	53.334	109.755
Total	61.044	122.338

Essa operação não possui créditos vencidos ou inadimplentes nas datas de 31/12/2025 e 31/12/2024.

c) Montante da provisão constituída e a sua movimentação durante o exercício

Na análise da Emissora, não há provisão a ser constituída para os ativos vinculados ao patrimônio separado.

d) Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios

A Alienação Fiduciária de Cotas, as Alienações Fiduciárias de Imóveis, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a Cessão Fiduciária de Recebíveis, a Cessão Fiduciária.

e) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

Os procedimentos de cobrança adotados pela Emissora têm início após a verificação de eventual inadimplência dos créditos, e leva em consideração o intervalo de tempo entre a arrecadação e o fluxo de pagamento previsto dos CRI, buscando a melhor performance de liquidez do patrimônio separado.

f) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Não houve no exercício eventos de pré-pagamento das operações.

g) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo, a metodologia adotada pela Emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios

A emissora não assume a retenção de riscos e benefícios vinculados às emissões de certificados de titularidade dos investidores.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

5. Informações sobre o passivo da emissão - recursos de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI

Referem-se a operações de captação de recursos no mercado financeiro, através de títulos de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Os CRI são títulos de crédito nominativos, de livre negociação, lastreado em créditos imobiliários e constituem promessa de pagamento em dinheiro.

Os CRI emitidos sob o regime fiduciário estão lastreados por créditos imobiliários vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Emissora.

A totalidade dos títulos emitidos vinculados a este Patrimônio Separado apresenta as seguintes características:

a) Características da(s) série(s) da presente emissão

Série 54ª (série única)

Quantidade emitida: 600 (seiscentos)

Prazo de vencimento na emissão: 5.101 dias

Valor global da série na data da emissão: R\$ 180.000

Valor nominal unitário na data da emissão: R\$ 300

Taxa de juros efetiva: 9,85% a.a.

Indexador de atualização: TR

Periodicidade de Indexação: Mensal

Cronograma de amortização:

Ano	Amortização R\$
2026	14.770
2027	16.908
2028	19.524
2029	9.842
Total	61.044

b) Principais direitos políticos a cada classe de certificados

Aos investidores cabe o direito de voto, onde cada certificado de recebíveis imobiliários (CRI) corresponde a um voto e poderá ser admitida a constituição de mandatários desde que observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei 6.404/1976.

As deliberações em Assembleia Geral são tomadas por titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) representando, pelo menos 66% (sessenta e seis por cento) dos CRI em circulação. Exceto quanto às hipóteses da Cláusula 10.11 do Termo de Securitização, as quais requerem quórum de pelo menos 90% (noventa por cento) dos CRI em circulação presentes em assembleia geral.

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a RESOLUÇÃO CVM Nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

Dentre as principais disposições desta Resolução estão os seguintes tópicos, referentes à Assembleia especial de investidores:

- Competência da assembleia: Deliberações que competem privativamente à assembleia especial de investidores;
- Convocação e instalação da assembleia especial de investidores;
- Deliberações da assembleia especial de investidores;

Para efeito de cálculo de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação em Assembleia Geral (AG), serão excluídos os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) que eventualmente possua em tesouraria; os que sejam de titularidade de empresas ligadas à Emissora, assim entendidas empresas que sejam subsidiárias, coligadas, controladas, direta ou indiretamente, empresas sob controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros, acionistas, ou pessoa que esteja em situação de conflito de interesses. Os votos em branco também deverão ser excluídos do cálculo do quórum de deliberação da Assembleia Geral (AG).

6. Sumário das principais deliberações de investidores reunidos em assembleia durante o exercício

Em 13 de março de 2025 houve Assembleia para deliberar: (i) Aprovação para que o Itaú Unibanco S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, passe a atuar como Escriturador no âmbito do CRI, sendo certo que, a mensalidade corresponderá ao valor de R\$ 194,44 (cento e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), a qual, irá compor as Despesas do Patrimônio Separado; e (ii) Autorizar que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas presente Assembleia, inclusive a contratação de Assessor Legal para formalização de aditamentos e ajustar os documentos da operação, às custas do Patrimônio Separado e realizar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente Assembleia, considerando os termos e condições aprovados, sem prejuízo a outros ajustes formais ou procedimentais.

Em 01 de agosto de 2025 houve Assembleia para deliberar: (i) aprovação da realização da cisão parcial da Devedora Originária (“Cisão Parcial”), nos termos da qual um novo fundo de investimento imobiliário será constituído (“Fundo Cindido”) e receberá a fração ideal e participação de 25% (vinte e cinco por cento) do Imóvel Paralela Shopping (conforme definido no Termo de Securitização), com a consequente sucessão, pelo Fundo Cindido, nas respectivas obrigações atinentes ao Compromisso de Venda e Compra Imóvel (Paralela Shopping) (conforme também definido no Termo de Securitização), na proporção que a fração objeto da Cisão Parcial representa em relação à totalidade das obrigações atinentes ao Compromisso de Venda e Compra Imóvel (Paralela Shopping), mediante aditamento aos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização), incluindo os instrumentos que formalizam as Garantias (conforme definidas no Termo de Securitização) a serem formalizados em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da presente data, observado, ainda, o prazo de prenotação de 10 (dez) Dias Úteis do aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças (Imóvel Paralela Shopping) (“AF de Imóveis Paralela Shopping”) e consequente registro em até 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua assinatura (observada a possibilidade de extensão deste prazo de registro, nos termos previstos no respectivo aditamento); e (ii) autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas presente Assembleia, inclusive a contratação de assessor legal para formalização de aditamentos e ajustar os documentos da operação, às custas do Patrimônio

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

Separado e realizar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente Assembleia, considerando os termos e condições aprovados, sem prejuízo a outros ajustes formais ou procedimentais.

Em 14 de agosto de 2025 houve Assembleia para deliberar: (i) a não declaração do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, conseqüentemente, não ocorrência de evento de resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 4.16 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 3.6, item (i) do Contrato de Cessão (conforme definido no Termo de Securitização), caracterizado pelo desenquadramento do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida, o qual, desde a apuração de setembro de 2021, não tem atingido o mínimo equivalente a 1,15x do saldo devedor dos CRI, desde que ocorra, em até 5 (cinco) dias úteis, o fechamento (o qual está indicado, de maneira pormenorizada, no Anexo II abaixo), dos respectivos Contratos de Compra e Venda de Cotas e Outras Avenças celebrado pela PSPIB-SDL INC., na qualidade de vendedora, a JGP MALLS I FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO, inscrito no CNPJ sob o nº 57.191.768/0001-07 (“JGP”) e pelo VINCI SHOPPING CENTERS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII, inscrito no CNPJ sob o nº 17.554.274/0001-25 (“Vinci”), como compradores, com a anuência do Devedor FII IPS-PB, formalizados em 20 de setembro de 2024 e em 28 de maio de 2025, respectivamente, tendo por objeto a aquisição das cotas dos Devedores (“Fechamento dos Contratos de Compra e Venda” e “Contratos de Compra e Venda de Cotas”), sendo certo que, caso não ocorra o Fechamento dos Contratos de Compra e Venda, será convocada uma nova assembleia, nos termos do Termo de Securitização, de modo a deliberar sobre o referido assunto; (ii) aprovação (1) da possibilidade de troca de controle do Devedor FII IPS-PB e do Devedor FII Paralela, sendo que o Devedor FII IPS-PB poderá ter seu controle assumido pela JGP e o Devedor FII Paralela pela Vinci (“Troca de Controle”); (2) da substituição da atual gestora do Devedor FII IPS-PB, posteriormente à troca de controle, pela JGP Real Estate Gestão de Recursos Ltda.; e (3) das novas condições dos CRI, indicadas no Anexo II a esta Assembleia, observado que o Fechamento dos Contratos de Compra e Venda e a troca de controle prevista no item “(1)” acima, estão condicionados à efetiva formalização de aditamentos aos documentos da operação prevendo a alteração das condições dos CRI nos termos indicados no Anexo II desta assembleia; (iii) caso aprovadas as matérias constantes dos itens “(i)” e “(ii)” acima, da Ordem do Dia, a aprovação da concessão de prazo adicional para o reenquadramento do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida de cada um dos Devedores no 1º (primeiro) mês após a conclusão da Troca de Controle; (iv) caso aprovadas as matérias constantes dos itens “(i)” e “(ii)” acima, da Ordem do Dia, a aprovação da previsão de prêmio, devido aos Titulares dos CRI e pago todo dia 15 de cada mês, equivalente aos valores pagos em decorrência dos Créditos Imobiliários devidos pelo Devedor FII IPS-PB que sobejarem após o pagamento das parcelas ordinárias de amortização e remuneração dos CRI, observada a ordem de alocação de recursos, a ser prevista no Termo de Securitização; (v) caso aprovadas as matérias constantes dos itens “(i)” e “(ii)” da Ordem do dia, (1) a aprovação da liberação da cessão fiduciária presente na Emissão, relativa aos recebíveis de titularidade do Devedor FII IPS-PB, em garantia dos créditos imobiliários por ele devidos, para que este possa cedê-los a uma companhia securitizadora que os utilizará como lastro e garantia em outra emissão de títulos de securitização (“Operação de Securitização”), desde que os recursos provenientes da referida Operação de Securitização sejam utilizados para a quitação integral dos créditos imobiliários devidos pelo Devedor FII IPS-PB e conseqüente amortização antecipada extraordinária dos CRI, observado que: (a) mediante solicitação do Devedor FII IPS-PB direcionada à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, a Emissora deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, adotar as providências necessárias para a liberação da cessão fiduciária constituída exclusivamente sobre os recebíveis de titularidade do Devedor FII IPS-PB; e (b) em até 30 (trinta) dias da data de liberação da referida garantia, o Devedor FII IPS PB deverá realizar o pré-pagamento dos créditos imobiliários por ele

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

devidos, de forma integral, com a consequente amortização proporcional dos CRI, sob pena de vencimento antecipado dos créditos imobiliários devidos pelo Devedor FII IPS-PB, o qual será realizado mediante notificação do Devedor FII IPS-PB direcionada à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência de 7 (sete) dias úteis da data do pré-pagamento dos respectivos créditos imobiliários; e (2) a autorização para que o Devedor FII IPS-PB constitua alienação fiduciária superveniente sobre as frações ideais dos Imóveis e do Imóvel Crystal Plaza de sua titularidade e em sua fração ideal, em garantia das suas obrigações na Operação de Securitização, observado que a referida alienação fiduciária superveniente terá como condição de eficácia a efetiva quitação dos créditos imobiliários por ele devidos e consequente baixa da alienação fiduciária vigente em favor da Emissora; e (vi) aprovar a inclusão da Cláusula 12.3 no Termo de Securitização para prever remuneração adicional a Emissora por hora-hora de trabalho dedicada às atividades relacionadas à Emissão, de forma que caso aprovada a presente matéria, passará a vigorar com a seguinte redação: “Remuneração Extraordinária da Emissora: Após a emissão dos CRI, por demanda adicional dos Devedores, incluindo aqui inadimplemento e/ou descumprimentos ocasionados pelos mesmos, será devido à Emissora remuneração adicional por hora-hora de trabalho, equivalente à R\$ 500,00 (quinhentos reais) dedicado a quaisquer atividades relacionadas à presente Emissão, que não representem a regular prestação de serviços relacionados à administração do Patrimônio Separado (“Fee Adicional”), tais como, reestruturação, a participação da Emissora em reuniões, conferências telefônicas ou virtuais, assembleias gerais extraordinárias presenciais ou virtuais e a elaboração e/ou revisão de aditivos aos Documentos da Operação, notificações, acompanhamento de registros, descumprimentos, execução de garantias, atualizado anualmente a partir da data de emissão do CRI, pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo. Entende-se por reestruturação, as alterações nas condições do CRI relacionadas: (i) às garantias; (ii) às características dos CRI, tais como datas de pagamento, remuneração e/ou índice de atualização monetária, Data de Vencimento, fluxo financeiro e/ou pedido de carência; (iii) mudança em cláusulas de eventos de vencimento ou resgate antecipado dos CRI, nos termos deste Termo; e/ou (iv) condições relacionadas aos eventos de vencimento antecipado, resgate, recompra e liquidação do Patrimônio Separado; e, (v) quaisquer outras alterações relativas ao CRI e aos documentos da oferta que sejam necessárias e não estejam previstas nos documentos iniciais da Operação, também serão consideradas reestruturação (“Reestruturação”). O Fee Adicional não inclui as despesas eventualmente incorridas pela Emissora para efetivação da solicitação, tais como, publicações, registros, contratação de assessor legal etc., cujo pagamento deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal por parte da Emissora. Para fins de clareza, no caso de demandas que envolvam os Créditos Imobiliários devidos por apenas um dos Devedores, o Fee Adicional referente à Reestruturação em questão será arcado exclusivamente pelo Devedor em questão.” (vii) autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas presente Assembleia, inclusive a contratação de assessor legal para formalização de aditamentos e ajustar os documentos da operação, às custas do Patrimônio Separado e realizar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente Assembleia, considerando os termos e condições aprovados, sem prejuízo a outros ajustes formais ou procedimentais.

Em 16 de dezembro de 2025 houve Assembleia para deliberar: (i) Aprovar a alteração da taxa de amortização, conforme definida na Repactuação formalizada na Assembleia Geral dos Titulares dos CRI em 14 de agosto de 2025 (“AGT 140825”), em razão do pré-pagamento dos créditos imobiliários devidos pelo Devedor FII IPS-PB de forma integral, com a consequente amortização proporcional dos CRI, realizada em 08 de dezembro de 2025, sendo certo que caso aprovada a presente matéria, referida taxa

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

de amortização seguirá conforme cronogramas constantes no Anexo II da presente assembleia; (ii) Caso aprovado a matéria constante no item (i) da Ordem do Dia, e tendo em vista que ocorreu a plena quitação dos créditos imobiliários devidos pelo Devedor FII IPS-PB de forma integral, com a consequente amortização proporcional dos CRI, aprovar a exclusão do Devedor FII IPS dos instrumentos da operação, restando, portanto, somente o Devedor FII Paralela na proporção da parcela dos Créditos Imobiliários devida por este, mantendo as obrigações oriundas da Emissão ao que tange a sua parte; e (iii) autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas presente Assembleia, inclusive a contratação de assessor legal para formalização de aditamentos e ajustar os documentos da operação, às custas do Patrimônio Separado e realizar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente Assembleia, considerando os termos e condições aprovados, sem prejuízo a outros ajustes formais ou procedimentais.

7. Participação residual do cedente

Representado pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa e pela diferença entre o valor dos demais ativos e dos passivos atualizados do Patrimônio Separado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a participação residual do cedente apresentavam os seguintes saldos:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalente de caixa	121	13
Demais ativos atualizados	61.044	122.338
Passivos atualizados	(61.045)	(122.353)
	120	(2)

8. Custos da operação

Para o cumprimento das obrigações relacionadas à emissão, o Patrimônio Separado conta com os serviços relacionados a seguir:

Serviços	Nome	Função	Forma de Remuneração	Exercícios findos em	
				31/12/2025	31/12/2024
Emolumentos da B3	Brasil Bolsa Balcão	Registrador	Mensal	(1)	(1)
Escrituração de CRI	Itaú Corretora de Valores S/A	Escriturador	Mensal	(2)	(2)
Escrituração de CRI	Oliveira Trust DTVM S/A	Escriturador	Mensal	(3)	(4)
Gestão de operações	Habitafácil Part e Neg Imob Ltda	Gestor	Mensal	(36)	(26)
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S/A	Fidúcia	Semestral	(37)	(49)
Custódia	Oliveira Trust DTVM S/A	Custodiante	Mensal	(9)	(9)
				(88)	(91)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão

Série 54ª – IF 15E0135588

(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)

(Em milhares de reais)

9. Resultado financeiro

	Exercícios findos em	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de aplicações financeiras	353	16
Despesas bancárias	(1)	(1)
Floating	(39)	(13)
Multas e juros	(36)	(13)
	277	(11)

10. Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário

Conforme orientação do Ofício nº2/2019/CVM/SIN/SNC, item II, a operação de securitização deve ter resultado igual a zero. A presente conta demonstra o valor (a maior ou a menor), que deve ser considerado para que a orientação do mencionado ofício seja cumprida. Uma vez que essa operação apresenta regime fiduciário e coobrigação por parte do tomador, o valor positivo significa que a operação gerou excedente para seu tomador. Caso a operação apresente valor negativo, significa que a operação está em default, seja pecuniário ou de garantia.

11. Classificação de risco da emissão

Não foi contratada classificação de risco para esta emissão.

12. Relacionamento com os auditores independentes

A Emissora, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, dentre as quais estão consideradas as demonstrações financeiras desse Patrimônio Separado, junto à empresa Moore MSLL Lima Lucchesi Auditores e Contadores Ltda, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

13. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, quer vinculados a situações eventualmente existentes antes, ou que tenham surgido após a data de levantamento dessas demonstrações financeiras.

14. Outras informações

Não foram identificadas outras informações relevantes, além daquelas já divulgadas, ao completo entendimento dessas demonstrações financeiras.
